

“Aqui não se fala assim não”: percepções avaliativas acerca da dupla negação no falar maranhense

“Here, we do not talk like this not*”: evaluative perceptions about double negation in Portuguese spoken in Maranhão

Flávia Pereira Serra¹
Conceição de Maria de Araujo Ramos²

Resumo: Ancorado nos preceitos teórico-metodológicos da Sociolinguística, em especial nos estudos lambertianos sobre percepção linguística, este artigo objetiva investigar as percepções avaliativas de informantes maranhenses sobre o uso da dupla negação no português falado no Maranhão. Para tanto, aplicamos um teste de percepção a 24 informantes, sendo dezesseis de São Luís, capital do Estado, e oito de Jarmy dos Pretos, comunidade quilombola maranhense, estratificados segundo sexo – homem e mulher –, faixa etária – faixa I, de 20 a 40 anos, e faixa II, de 55 anos ou mais – e nível de escolaridade – grau I, nível fundamental, e grau II, nível superior. Com base nesses testes, foram identificadas 36 crenças acerca do uso da dupla negação no PB, das quais quatro foram abordadas neste artigo. Essas crenças evidenciam que, embora a dupla negação seja recorrente no falar do Maranhão, os maranhenses participantes da pesquisa demonstram uma atitude negativa perante o uso da estrutura, além de, no geral, não se reconhecerem como seus usuários.

Palavras-chave: percepção linguística; crenças e atitudes linguísticas; dupla negação; português maranhense.

Abstract: Anchored in the theoretical-methodological precepts of Sociolinguistics, especially in Lambertian studies on Linguistic Perception, this article aims to investigate the evaluative perceptions of informants from Maranhão about the use of double negation in the Portuguese spoken in the area. To this end, we applied a Perception Test to 24 informants, sixteen from São Luís, capital of the state, and eight from Jarmy dos Pretos, a quilombola community in Maranhão, stratified according to sex - man and woman -, age group - range I, 20 to 40 years old, and range II, 55 years old or more – and education level – grade I, elementary level, and grade II, graduated level. Based on these tests, 36 beliefs about the use of double negation in BP were identified, four of which were addressed in this article. These beliefs show that, although the double denial is recurrent in speaking of Maranhão, the participants of the research demonstrate a negative attitude towards the use of the structure, in addition to, in general, not recognizing themselves as its users.

Keywords: linguistic perception; linguistic beliefs and attitudes; double negation; portuguese spoken in Maranhão.

¹ Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Londrina, PR, Brasil. Endereço eletrônico: flavia.pereira.serra@uel.br.

² Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas, Departamento de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, São Luís, MA, Brasil. Endereço eletrônico: cma.amos@ufma.br.

Introdução

No Português Brasileiro (PB), a negação apresenta três estruturas representativas que parecem coexistir num contexto de variação, sem perspectiva aparente de mudança linguística (LIMA, 2010). São elas: Negação pré-verbal (Neg1), “Eu *não* tenho”; dupla negação (Neg2), “*não* tenho *não*”; negação pós-verbal (Neg3), “tenho *não*”.

Segundo Ilari e Basso (2016), a estrutura Neg1 costuma ser descrita como a mais comum e preferida pela norma culta e em textos escritos, e Neg2 e Neg3 parecem ser mais comuns na língua falada e em registros menos formais, sendo assim as estruturas negativas consideradas não-canônicas no PB.

Essa propriedade fez com que o PB se destacasse como única língua românica a apresentar tal variação, o que tem despertado o interesse de muitos pesquisadores da área, que se voltam para os estudos da negação seguindo diferentes vieses. Porém, para este estudo, foram adotados os fundamentos teórico-metodológicos da Sociolinguística (LABOV, [1972] 2008), uma vez que nosso objetivo é investigar as percepções avaliativas acerca do uso da dupla negação no português falado no Maranhão.

No que tange à expressão de Neg2 no português maranhense, os trabalhos de Sousa (2016) e Serra (2018) comprovaram que há recorrência da estrutura, com frequência de 19,8%, no primeiro estudo, e de 17,3%, no segundo, sendo a segunda estrutura mais recorrente no Estado, assim como nas demais localidades brasileiras onde a expressão da negação foi investigada. Além disso, a estrutura foi classificada por Serra (2018) como um marcador linguístico, uma vez que os falantes têm consciência de sua variação social e estilística, além de serem capazes de fazer julgamentos a respeito da variante/fenômeno, mesmo que de forma não-sistematizada.

Por meio da aplicação de três instrumentos de pesquisa – Roteiro de Discurso Semidirigido, Teste de Produção e Teste de Percepção –, avaliamos a frequência e a produção da dupla negação e relacionamos esses resultados às crenças e atitudes dos mesmos informantes acerca do uso da estrutura em sua comunidade. Neste artigo, exploramos quatro das 36 crenças acerca de Neg2 por nós identificadas e que foram explanadas na dissertação de mestrado.

Consciência linguística: alguns conceitos relevantes

Todo falante, ao ter contato com outra variedade linguística que não a sua, é capaz de perceber diferenças, fazer comparações entre tais variedades e julgá-las, independentemente do conhecimento linguístico, teórico que possa ter. Corroborando essa ideia, Hora e Henrique

(2015, p. 101), ao fazerem a avaliação das variáveis *crenças e atitudes linguísticas em professores alfabetizadores*, afirmam que “[...] os ouvintes leigos são conscientes da variação linguística à medida que eles podem imitá-la, usá-la para identificar de onde são as pessoas e fazer julgamentos sobre as características sociais dos falantes.”.

Essa consciência linguística, segundo López Morales ([1989] 2004), é perceptível quando um falante tem conhecimento da existência de diferentes formas variantes e opta pelo uso de uma delas. Para fazer essa escolha, “[...] o falante necessita partir de um determinado conhecimento do panorama sociolinguístico para poder atuar de acordo com suas restrições e imposições.” (LÓPEZ MORALES, [1989] 2004, p. 257). A variante é eleita geralmente por ser considerada mais adequada e não por ser, coincidentemente, na maioria das vezes, a forma de prestígio. Labov ([1972] 2008) afirma que esse é um processo natural da língua e que essa *escolha* contribui grandemente para o processo de mudança linguística, uma vez que o rechaço de uma variante pode enfraquecer seu uso e possibilitar seu desaparecimento.

López Morales ([1989] 2004) sugere que a maneira de falar dos sujeitos funciona como um índice classificatório, na maioria dos casos, pois muitos falantes têm consciência da variação linguística e de suas implicações sociais. Vale ressaltar que, além de levar em consideração a escolha da provável variante de prestígio, o falante pode ainda optar por uma das variantes por questões de intencionalidade, isto é, escolher determinada variante pensando no impacto que esta pode causar em seu interlocutor.

Com isso, os estudos sobre percepção linguística se tornam cada vez mais relevantes, uma vez que nos possibilitam alcançar um entendimento mais amplo, principalmente do encaixamento social dos fenômenos, tendo em vista que as atitudes têm repercussões de natureza sociolinguística. Assim, é possível observar o nível de consciência linguística dos falantes, suas atitudes e crenças perante as estruturas e se eles se sentem seguros ou inseguros linguisticamente, o que pode influenciar diretamente o processo de mudança linguística.

Além desses fatores, a noção de consciência linguística está também relacionada com os conceitos de segurança e insegurança linguísticas, que, segundo Calvet (2002), referem-se ao fato de o falante sentir-se confortável e confiante com sua norma. Quando seguro, não se sente questionado em relação ao seu modo de falar; quando inseguro, considera seu falar pouco valorizado, tendo em mente outro modelo, mais prestigioso.

Segundo López Morales ([1989] 2004, p. 277), os trabalhos de Labov ([1966] 2006, [1972] 2008), que impulsionaram as análises acerca da segurança linguística, possibilitam investigar os níveis de segurança e insegurança, tabulando “[...] as diferenças assinaladas pelo falante entre as formas que ele crê que são corretas e as que usa normalmente em seu estilo

espontâneo.”³. Um dos resultados desses estudos aponta que o estrato social mais baixo é o que apresenta maior nível de insegurança linguística.

Essa ideia se coaduna com o que Moreno Fernández (2009) chama de atitude positiva ou negativa do falante diante de um determinado fenômeno da língua. Para ele, se um falante considera incorreta ou feia a variante por ele utilizada, essa atitude configura-se como negativa, com alto grau de insegurança linguística, podendo, provavelmente, levar à mudança, em consequência do rechaço e da tentativa de não uso da variante na comunidade. No entanto, se o falante demonstra que a norma utilizada por ele é a norma, isto é, é aquela que deve ser adotada, o falante apresenta alto grau de segurança linguística e atitude positiva diante da variante que usa.

Vale ressaltar que, apesar de a maioria dos estudos que investigam esses fatores – níveis de consciência, segurança e insegurança linguísticas – ser de natureza fonético-fonológica (LABOV ([1966] 2006); LAMBERT, LAMBERT (1968); LÓPEZ MORALES, [1989] 2004)), é possível investigá-los em outros níveis de análise linguística, como o morfossintático, por exemplo. Dessa forma, buscamos com este trabalho analisar a percepção de falantes maranhenses acerca da dupla negação.

A dupla negação

A dupla negação, estrutura negativa não-canônica mais recorrente no PB, tem sido alvo de diversos estudos, principalmente sob os vieses da Sociolinguística e da Pragmática. Nos estudos sociolinguísticos, percebemos incidência considerável da estrutura em diversas localidades, como no Rio de Janeiro, em que representou 25,4% das realizações de estruturas negativas (NUNES, 2014); no Espírito Santo, onde a frequência da estrutura foi de 22,1% (REIMANN; YACOVENCO, 2011) e na comunidade negra de Helvécia (BA), em que a estrutura corresponde a 33% das realizações (SOUZA; LUCCHESI, 2004).

Quanto ao uso da estrutura no português maranhense, Sousa (2016) faz um mapeamento em cinco localidades que compõem a rede de pontos do Atlas Linguístico do Maranhão. Com 19,8% das realizações de estruturas negativas, a dupla negação se mostrou mais recorrente entre os homens (61,3%) e entre os falantes com nível de escolaridade mais baixo (71,9%), mas não apresentou diferença significativa no que diz respeito à variável idade. Já a pesquisa de Serra (2018) utilizou dados de fala, coletados *in loco*, de informantes naturais de São Luís, capital do Estado, o que a caracteriza como comunidade aberta ao contato com

³ Tradução livre de: “[...] las diferencias señaladas por el hablante entre las formas que él cree correctas y las que usa normalmente en su estilo espontáneo.”

outras comunidades e culturas, e de Jamary dos Pretos, uma das comunidades quilombolas mais antigas do Maranhão, caracterizada como uma comunidade fechada, pelo fato de ter um contato mais restrito com o mundo que ultrapassa suas fronteiras.

No viés pragmático, há um crescente esforço de alguns estudiosos para justificar a motivação do uso da dupla negação. Durante algum tempo, houve uma tentativa de justificar esse uso como sendo um reforço linguístico ou mecanismo enfático. No entanto, autores como Schwenter (2005, 2006), argumentam que essas explicações são de cunho intuitivo e, portanto, insuficientes para justificar cientificamente o uso da estrutura. Schwenter afirma, ainda, que, até o presente momento, é possível identificar fatores que permitem ou não o uso da estrutura em determinados contextos. Para ele, tanto a dupla negação como a negação pós-verbal só são permitidas se a proposição negada tiver sido ativada anteriormente no discurso; já a negação pré-verbal, de caráter pressuposicional nulo, é possível em todos os contextos, incluindo aqueles em que a proposição não for ativada.

Roncarati (1996), em seu estudo sobre a percepção que os falantes têm sobre a dupla negação, ao aplicar um teste de atitudes a um conjunto de universitários de Fortaleza, percebeu que: (i) os falantes consideraram essa estrutura característica do falar nordestino; (ii) os contextos nos quais o interlocutor é “[...] induzido a se sentir naturalmente desafiado ou desacreditado” funcionam como gatilho para o uso da estrutura; e (iii) a dupla negação “[...] carrega um matiz de convicção sobre aquilo que se nega” (RONCARATI, 1996, p. 98-99).

Além do trabalho de Roncarati, Alkmim (2001) que objetiva, por um lado, discutir a alegada contribuição das línguas africanas para explicar a existência da dupla negação no PB e, por outro, analisar a atuação de fatores sociais no uso das três estruturas negativas no português falado em Minas Gerais, busca correlacionar esse uso com a atitude do falante – positiva ou negativa – diante dessas estruturas. A análise quantitativa mostra que a dupla negação é a segunda estrutura mais recorrente na comunidade investigada (19,5%), e o seu uso é mais frequente entre os jovens (PR .60) e desfavorecido entre os idosos (PR .39), o que, para ela, pode ser um indício de mudança linguística. Já os resultados da aplicação do teste de atitudes a falantes de Ouro Preto evidenciaram que, aos usuários de negação pós-verbal – variante não-canônica atribuída ao uso coloquial da língua –, foram atribuídos empregos/ocupações associadas a *status* social mais baixo, levando-nos a deduzir que o uso dessa estrutura é de menor prestígio social.

Procedimentos metodológicos

A fim de investigar as percepções avaliativas de falantes maranhenses acerca do uso da dupla negação no português de sua comunidade, construímos uma amostra, da qual foram selecionados 24 informantes, sendo 16 naturais de São Luís e oito de Jamary dos Pretos, comunidade quilombola localizada próximo ao município de Turiaçu, no norte maranhense. Os falantes foram divididos igualmente por sexo – homens e mulheres –, faixa etária – faixa I, de 20 a 40 anos, e faixa II, 55 anos ou mais – e escolaridade – grau I, ensino fundamental incompleto, e grau II, ensino superior –, sendo esta última variável considerada apenas entre os falantes de São Luís, já que em Jamary todos os informantes são de grau I.

Para observar a percepção dos falantes acerca da dupla negação, elaboramos um teste de percepção, formado por 14 situações-estímulo (SE)⁴, cujo objetivo foi verificar se os falantes consideravam a dupla negação adequada aos contextos em que lhes foram apresentadas. Cada situação-estímulo continha as três estruturas negativas presentes no PB – negação pré-verbal, dupla negação e negação pós-verbal –, e foi solicitado ao informante que indicasse, segundo sua percepção, a mais adequada ao contexto e, sempre que possível, justificasse sua resposta. Com base nessas informações, avaliamos suas crenças e atitudes a respeito da estrutura em foco.

Crenças acerca da dupla negação no Português Maranhense

No imaginário dos falantes maranhenses, foram identificadas 36 crenças acerca da dupla negação, sendo dez de ordem estrutural, nove contextuais/discursivas e 17 sociais (cf. SERRA, 2018). Deste total, selecionamos quatro, de ordem social, explanadas a seguir.

Crença 01 – A dupla negação é um costume herdado dos mais velhos, que se afasta da variedade padrão

Apesar de análises quantitativas sobre o uso da dupla negação no PB não mostrarem resultados expressivos no que tange ao fator faixa etária, durante o Teste de Percepção, informantes, como o falante 22, natural de Jamary dos Pretos, apontaram a estrutura como característica do falar de pessoas mais antigas, que foi herdado por eles e permanece até os dias atuais.

⁴ As SE foram elaboradas com base no que os estudos sobre a negação apontam como contextos propícios para a realização (ou não) da dupla negação (cf. RONCARATI (1996), FURTADO DA CUNHA (2001), SCHWENTER (2005)). Assim, foram apresentadas situações nas quais a proposição não havia sido ativada no discurso e que, portanto, não poderiam ser utilizadas Neg2 ou Neg3, a fim de verificar se os falantes perceberiam estranhamento ou agramaticalidade. Isso ocorreu com maior frequência em crenças do tipo estrutural e contextual/discursivo acerca da dupla negação, não exploradas neste recorte.

(1) DOC⁵..: Ahn ran. Mas ela podia falar como?

INF.: A filha poderia dizer “Eu não desliguei o fogão”, mas, *pelo costume da mãe*, ela diz: “Não desliguei o fogão não”.

DOC.: Ah tá... Pelo costume da mãe.

INF.: É. *Pelo costume da mãe, ela aprendeu foi assim, aí ela diz é assim.* (...) DOC.: uhn... certo. E o senhor costuma falar mais como?

INF.: *Eu costumo falar nessa seguinte forma como eu tô dizendo, porque foi o costume da mãe, e pra melhor entender, da avó que me criou, aí era só desse jeito que ela falava que eu também falo.*

INF.: Ah... quase tudo assim. É como eu tô dizendo, uma vez uma menina disse pra mim, “ontem não, A., ontem!” (risos) É assim que é. “Cumpade não, é compadre!”

DOC.: Tentando mudar seu jeito de falar, né?

INF.: Tentando mudar! *Mas é só assim que a gente acostumou, é só assim que a gente fala.* (Inf. 22⁶, Jamary dos Pretos, homem, Faixa II, Grau I)

Vale ressaltar que esse informante demonstra ainda certa insegurança linguística, pelo fato de se sentir julgado pelo modo como fala; no entanto, explica que assim lhe foi ensinado pelas pessoas antigas de sua localidade e que permanecerá falando da mesma maneira, sinalizando que o seu modo de falar compõe a herança da comunidade:

(2) INF.: Aí “Não sei não” (risos)

DOC.: Ah sim.

((Confirma-se que o falante tem uma atitude negativa a respeito de Neg2, apesar de se reconhecer falante))

INF.: É, todas as palavra da gente, é tudo assim, é como eu tô dizendo, às vezes tem uns... *“Aquele pessoal ali, eles falo tudo é daquele jeito” ((com desdém)) Mas é por causa dos costume dos velho, aí nós apredimo e isso ficou!*

DOC.: Com certeza. Aí fica, né? O jeito de falar também é herança.

INF.: Também é herança, o jeito de falar. É! Tudo é herança! A mesma coisa é como eu disse, o tipo de dança, dança de tambor, num é?

⁵ Todos os exemplos foram extraídos do *corpus* constituído para a pesquisa que culminou na dissertação de mestrado intitulada “*Eu não falo ‘não’ duas vezes não*”: usos e percepções avaliativas sobre a dupla negação no português falado no Maranhão (SERRA, 2018), defendida no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão, que teve por objetivo investigar a expressão da dupla negação no português falado no Estado e as percepções avaliativas dos falantes acerca dessa estrutura. As entrevistas realizadas para a pesquisa foram transcritas grafematicamente, e as siglas DOC e INF correspondem a Documentador e Informante, respectivamente.

⁶ A codificação de cada informante indica o número a ele atribuído em Serra (2018).

DOC.: Uhn run. (Inf. 22, Jamary dos Pretos, homem, Faixa II, Grau I)

Esse trecho, da mesma entrevista, pode nos remeter à hipótese crioulista acerca da origem da dupla negação – e a negação pós-verbal –, a qual supõe que essas estruturas provêm do contato de línguas africanas com o português. Nesse sentido, a dupla negação seria mais recorrente na fala dos mais antigos, uma vez que seu uso seria passado de geração a geração, estando presente principalmente na fala dos mais velhos. Além disso, observamos que esse informante equipara o jeito de falar à dança de tambor, uma das incontestáveis heranças africanas para cultura brasileira/maranhense, ao afirmar que ambos são heranças deixadas pelos mais velhos.

Podemos relacionar ainda esse argumento ao comentário feito pelo informante 12, natural de São Luís, acerca da origem da estrutura. Segundo essa informante, a dupla negação pode ser oriunda da forma precária como os escravos aprenderam a língua falada no Brasil no período escravagista:

(3) DOC.: *E o senhor escuta aqui em São Luís as pessoas repetindo o NÃO?*

INF.: *Olha, em São Luís se fala melhor o português, mas no interior, principalmente no sertão no Maranhão, não se fala a mesma coisa. Os termos são diferentes, porque foi se passando de pai pra filho (inint.). Principalmente, porque no sertão, no interior, é onde se localizava os escravos, aquelas pessoas que não tinham conhecimento, nada de leitura, essas coisas. E eles começaram a aprender o português, porque tiveram a necessidade de falar, mas sempre falavam mal, atravessado, essas coisas. E isso foi ficando, foi sendo adquirido pelo sertanejo que continuou vivendo assim. Isso é o que eu acho, não sei se é certo, porque é o que eu tô pensando, mas eu calculo que essa razão é justamente por falta desses conhecimentos.*

(Inf. 12, São Luís, homem, Faixa II, Grau I)

Entre os falantes de Jamary, foi identificada a crença de que a dupla negação é hábito não só herdado dos seus antepassados, como também uma prática atual entre os mais velhos. O falante 22, que faz parte do grupo da faixa etária II, se assume como usuário de Neg2 e afirma que seu uso não é tão recorrente entre os mais jovens:

(4) DOC.: *E eles costumam falar assim: “Num vou não. Tenho muita coisa pra fazer”?*

INF.: *Tem, tem muita coisa que eles digam. “Não, num vou não. tem muita coisa preu fazer”. Ainda digam assim: “Não, num foi ele que me convidou pra mim ir em tal parte, mas eu num vou não, tenho muita coisa pra mim fazer”*

DOC.: *Ah sim... Os mais velhos falam desse jeito, é?*

INF.: *Falam desse jeito.*

(...)

DOC.: *E os mais novos também falam assim?*

INF.: *Os mais novo, não. Os mais novo hoje já tem alguma coisa diferente pra dizer.*

D. chega lá em casa com os menino. *Eu disse: “eu te olhei ontem”. Ela disse: “ontem não, A., ontem!”* (risos) “Eu te olhei ontem!” Pois é, eles já não falam assim. Ontem! Eu digo “ontem”. Todo tempo eu digo assim. A mesma coisa... “cumpade”, é só assim que eu chamo, “meu cumpade”, né? Mas eu digo é “compadre”, né? (risos)

DOC.: *Compadre, né? Os mais novos falam assim.*

INF.: *Compadre, e eu falo “cumpade”.*

DOC.: *E eles falam assim: “Eu num vou não”?*

INF.: *Eles falam “Eu num vou não, tenho alguma coisa pra fazer”, os mais velho. Os mais novo é algum, algumas veze quem diga.*

DOC.: *Ah tá, mas é mais os mais velhos, né?*

INF.: *É mais os mais velhos. Eu, no caso, é assim que digo “Eu num vou não, eu tenho alguma coisa pra fazer”. (Inf. 22, Jmary dos Pretos, homem, Faixa II, Grau I)*

Verificamos que ele comenta que os mais novos, além de não serem usuários de Neg2, costumam *corrigir* os mais velhos, incentivando-os a fazerem uso da norma padrão. Com isso, supomos que, para ele, Neg2 é considerada um desvio da norma, uma vez que equipara a estrutura à redução do ditongo final em ontem > /onti/ e outras variações fonético-fonológicas do PB que geralmente são estigmatizadas.

Crença 02 - A dupla negação é falada por pessoas sem instrução

Há sujeitos que associam o uso de Neg2 ao falar de pessoas sem instrução, como o informante 10, de São Luís – faixa etária II e grau I de escolaridade. Para ele, a pessoa que responde a um questionamento fazendo uso de Neg2 é uma “iniciante”, isto é, alguém “que não tem um certo grau de instrução”, como evidencia este trecho de sua fala:

(5) INF: Por mim, certo [é] a última “não fui eu”, porque é a mehma coisa; ele volta a usar a palavra “não”. “não fui eu... não”. Olha, você ver que não encaixa o texto, a palavra, a pergunta no texto “não fui eu não” isso tá... *é uma pergunta assim... elaborada pra iniciante.*

DOC: O senhor acha que esse tipo de resposta é pra iniciante?

INF: *É, e pessoas que eu acho que não tem um certo grau de instrução, pouca instrução, não muita instrução. A pessoa responder uma pergunta desse tipo, dessa natureza.*

DOC: O “não fui eu não”?

INF: o “não fui eu não”

(...)

DOC: E o senhor já ouviu alguém falar assim?

INF: Já. *Eu lido e tô em contato constantemente, até dentro da minha profissão mesmo eu lido com pessoas de pouca instrução, como eu, entendeu, que a gente vê muito esses erros. É no cotidiano.* (Inf. 10, São Luís, homem, Faixa II, Grau I)

Vale destacar que o informante 10, apesar de se incluir no grupo de pessoas sem instrução, não se reconhece usuário de Neg2; entretanto, afirma perceber o uso dessa estrutura em seu meio social, no qual, em sua opinião, “a gente vê muito esses erros”. Isso nos remete ao comentário feito pela informante 13, que relaciona o uso da estrutura à falta de leitura:

(6) INF.: Ela falou aí “Vou. Não.” Não?

DOC.: “Não vou não”.

INF.: “Não. Vou. Não.” Não vou.

AUX.: *A senhora costuma falar assim?*

INF.: *Eu sou professora de português.*

DOC.: Ah... (risos)

INF.: (risos)

(...)

INF.: Hoje você vê pessoas, pessoas formada! Colega, colega, colega, professor! Já feita num sei o quê, que fala tanta coisa... Claro que tu não vais corrigir, né? Mas aquilo não te sai...

DOC.: Uhn...

AUX.: Não soa bem, né?

INF.: De jeito nenhum! Não. Então não precisa! *Vamos ler um pedacinho de jornal todo dia, vamos ouvir. Porque se você ouvir com atenção, você sabe direitinho como (inint.) as coisas.* (Inf. 13, São Luís, mulher, Faixa II, Grau II)

Crença 03 - A dupla negação é característica de um falar caipira, interiorano, rural

A dupla negação, além de ter sido associada à linguagem coloquial e rudimentar, foi também apontada como característica do falar rural, interiorano, pelos falantes 10, 12, 13, 15, 16. Mello *et al.* (1998), ao estudarem as estruturas negativas no PB, afirmam que a dupla negação e a negação pós-verbal são recorrentes em dialetos rurais.

Os informantes 10 e 12, de mesmo perfil social, não realizaram a dupla negação espontaneamente em discursos livres e afirmaram que a estrutura é característica da fala caipira, de “caboco do interior”. Observamos, com isso, uma atitude negativa por parte desses dos falantes, evidenciada também pelo uso dos termos pejorativos *caboco* e *caipira*, como demonstram suas falas:

(7) INF: “não sei”

DOC: Então...

INF: É a resposta certa, porque a reitora faz a pergunta e lá alguém fala “não sei não”. Eu considero assim, não é discriminado, nem preconceito, *mas é uma resposta muito da caipira.*

(Inf. 10, São Luís, homem, Faixa II, Grau I)

(11) INF.: Não, porque você diz “Tu vai lá?”, “Não vou não.” Porque não há necessidade! Se você já disse não, por que o outro NÃO depois?

DOC.: Ah sim. O senhor acha que não precisa, né?

INF.: *Não, mas é um hábito que muita gente tem, principalmente o caboco do interior.* Ele diz: “Cê gosta disso?”, “Não, eu num gosto não”, e às vezes ele repete três, quatro vezes o mesmo não”. (Inf. 12, São Luís, homem, Faixa II, Grau I)

A informante 13, que se identifica como professora de língua portuguesa, além de apontar o uso da dupla negação como decorrente de pouca leitura, crença que compartilha com os informantes 10 e 12, crê que o uso de Neg2 é mais recorrente na fala dos alunos que migram do interior para a capital. Na escola, na condição de professora, ela tenta moldar a fala do aluno à variedade padrão da língua que, evidentemente, não inclui a dupla negação, como observamos no trecho a seguir:

(8) DOC.: E a senhora já ouviu alguém falar...

INF.: Essas coisa aí??

DOC.: “Não quero falar sobre isso não”?

INF.: Mah menino!

AUX.: *Na escola os meninos falam?*

INF.: *Não. É muito difícil. Geralmente é quando eles vêm de outros lugares assim, aí a gente vai dando um jeitinho aqui pra ele ir conversando melhor. Mas a gente conversa, tem gente que conversa é muito!*

AUX.: Uhn run. *Outros lugares como, assim?*

INF.: *Interior. Muito, muito...*

AUX.: *Aí eles falam desse jeito, né?*

INF.: “Eita, muié, num fez isso não?”. Eu tenho uma neta que fala assim (risos). “M.!”
“Oxa, vô, desculpa. Num vou falar maih não.” “Num vou falar maih não” (avaliando a fala)

DOC.: Ela é de onde?

INF.: São Luís Gonzaga!

(...)

AUX.: A senhora escuta mais é com pessoas mais velhas ou mais novas?

INF.: Tanto faz, minha querida! Porque se eu não leio, eu não sei conversar, eu não sei escrever, eu não sei nada.

AUX.: É mais então pra quem não tem leitura?

INF.: Justamente. *Por isso que eu tava te dizendo que esse palavreado logo do começo a gente ouve muito, muito, mas dos meus meninozinhos que vêm do interior.* Aí vem a mãe e tal e diz assim: “Maih muié! Ele num feh não, muié!”. E tu vai fazer o quê? São essas coisas... leitura, tem que ter leitura! (Inf. 13, São Luís, mulher, Faixa II, Grau II)

Vale observar que a informante, ao representar a fala interiorana, faz uso da dupla negação realizando ainda fenômenos fonético-fonológicos estigmatizados e geralmente associados ao falar interiorano.

A informante 15 associa o uso da negação pré-verbal ao falar urbano, e o da negação pós-verbal, ao falar caipira. Para ela, ocorrências de Neg3 e de Neg2 seriam documentadas com mais frequência no interior. No entanto, vale lembrar que essa informante associou anteriormente o uso de Neg2 a uma fala rudimentar, mas não necessariamente interiorana:

(9) INF.: o “Não, já comi” é uma forma mais... mais aqui pra nós.

DOC.: uhn... daqui da...

INF.: entendeu? *Mais assim da pessoa do... do... mais da cidade. Eu vejo essa... essa diferença, entendeu?* O “Quero não” é uma forma que nós aqui, na vivência que a gente tem, a gente já não... não tem. *Mas se você estiver num interior você vê isso com... mais facilidade.*

DOC.: *qual que a senhora disse que vê com mais facilidade?*

INF.: “Quero não”, no interior.

DOC.: ah, o “Quero não”.

INF.: “Quero não”.

DOC.: e “Não quero não”?

INF.: *Também.* (Inf. 15, São Luís, mulher, Faixa II, Grau II)

O informante 16, natural de São Luís, informa que a dupla negação não é usual em sua comunidade e crê que a estrutura é mais recorrente e no interior do Maranhão. Sugere, ainda, que o fato de a estrutura ser realizada em sua localidade está relacionado com o processo migratório, resultante do deslocamento de pessoas do interior para a zona urbana em busca de melhores condições de emprego. São esses imigrantes, segundo o informante 16, que trazem consigo marcas de seu falar, que incluem vícios de linguagem, típicos de sua região. A dupla negação está, então, inserida nesse grupo de vícios, como evidencia em sua fala:

(10) INF: É a segunda “não quero falar sobre isso”. essa forma “não quero falar sobre isso não” *não é usual pra gente, essa negativa duas vezes*. Eu pelo menos não fui acostumado, *mas não tô dizendo que não é usual, que tem em determinadas regiões que falam isso, falam assim dessa forma*.

DOC: *Quais regiões?*

INF: Não sei te dizer, *mas acho que no interior do estado, do Maranhão mesmo, eu já ouvi gente falar*.

(...)

DOC: E antigamente o senhor escutava o pessoal falando assim “tu não queres ficar boa não”?

INF: Escutava sim. Escutava, escutava. *Porque às vezes as pessoas que trabalhavam ou que vêm do interior pra trabalhar, elas têm outro sotaque, outra...vamos dizer, vício de linguagem, porque é da região, típico dali da região. Sai errado pra gente*.

(Inf.16, São Luís, homem, Faixa II, Grau II)

No entanto, a frequência de uso da dupla negação (19%) em Jarmy dos Pretos, área rural investigada, se assemelha à frequência observada na área urbana, São Luís (13%)⁷, conforme evidencia a análise quantitativa feita por Serra (2018), o que não corrobora a crença de alguns falantes a respeito do uso da estrutura.

Crença 04 – A dupla negação não realizada em São Luís, cidade conhecida como Atenas Brasileira.

⁷ Serra (2018) registrou, em contexto de discurso livre, o uso de 231 estruturas negativas em Jarmy dos Pretos, (86,2% de Neg1, 13% de Neg2 e 0,8% de Neg3) e 540, em São Luís (78% de Neg1, 19% de Neg2 e 3% de Neg3). Vale destacar que foram consideradas realizações de Neg1 situadas apenas em contextos de informação velha no discurso, isto é, em contextos nos quais a proposição havia sido previamente ativada no discurso. Essa medida foi tomada a fim de garantir que fossem analisadas apenas as realizações nas quais as três estruturas seriam intercambiáveis, sendo, portanto, variantes de uma mesma variável, conforme a noção de compatibilidade funcional.

O estudo de Sousa (2016) a respeito da dupla negação no português maranhense mostra que, em São Luís, a estrutura teve ocorrência de 9,7% das realizações de estruturas negativas; já os resultados do presente trabalho apontam que Neg2 reúne 19% das ocorrências dessas estruturas. As pesquisas comprovam que, mesmo com a baixa porcentagem da dupla negação, os números são significativos e evidenciam que a estrutura é a segunda mais recorrente no português falado no Estado, apresentando, portanto, resultado similar ao das outras localidades que já investigaram seu uso. Entretanto, os informantes 9, 12 e 13 denotam uma crença que não condiz com essa realidade. Para eles, a dupla negação não seria utilizada por falantes de São Luís.

A informante 9 afirma que a estrutura não é utilizada pelos falantes de São Luís e que esta seria característica do falar baiano, como vemos no exemplo 19.

(11) INF.: “E tu não quer ficar boa não”, acho melhor.

DOC.: É? A senhora costuma falar desse jeito? “E tu não queres ficar boa não? E tu não quer ficar boa não?” A senhora fala assim?

INF.: Não, acho mais parecido com a fala do baiano (risos).

DOC.: É? Mas aqui em São Luís as pessoas falam assim?

INF.: Não.

DOC.: Qual mesmo que a senhora disse que escolheu? Não tô lembrando...

INF.: “E tu não queres ficar boa” (com firmeza). (Inf. 9, São Luís, mulher, Faixa II, Grau I)

Vale ressaltar que a dupla negação, classificada por cearenses como um *nordestinismo*, segundo dados de Roncarati (1996), foi identificada por demais informantes desta pesquisa como característica do falar de diferentes pontos do Nordeste: Bahia, informante 3 e 9, Ceará, informante 24, e Pernambuco, informante 13. No entanto, apesar de São Luís ser uma capital nordestina, os informantes ludovicenses a *excluem* do grupo de usuários da dupla negação, sob a justificativa de que nesta localidade se fala “o melhor português do Brasil”, demonstrando atitude negativa perante ao uso da variante.

Já os informantes 12 e 13 da mesma faixa etária, mas com níveis de escolaridade diferentes – grau I e grau II, respectivamente – afirmam que os ludovicenses não são usuários da estrutura, enaltecendo o português falado na localidade, como podemos observar no exemplo 12:

(12) DOC.: Mas a senhora considera automaticamente correto aqui em São Luís ou no Brasil? ((após a informante afirmar que, em uma prova, a dupla negação não seria aceitável)).

INF.: Não, porque temos palavras e palavras, né? Empregos e empregos de palavras. Porque uma palavra só tem diversos sentidos.

DOC.: Uhn...

INF.: *Só que, pra nós, eu acho, eh... ludovicenses, a gente não fala assim. E quando você ouve, você se assusta. “Vixe, olha como fulano falou errado!”*. Entendeste?

AUX.: Sim. Ah, então quando a senhora escuta o povo falando assim, já acha estranho, né?

INF.: Claro, a gente acha!

AUX.: Uhn run.

INF.: A gente pode é não falar. Mas de achar, acha. (Inf. 13, São Luís, mulher, Faixa II, Grau II)

A informante 13, ao afirmar “nós, ludovicenses, a gente não fala assim”, insere-se em um grupo aparentemente mais elevado do que o das pessoas que são usuárias da dupla negação. Para ela, os ludovicenses, além de não serem usuários da estrutura, ainda julgam o uso desta quando proferida por outros falantes.

Já o informante 12 afirma que a dupla negação não é usada em São Luís, pois aqui se fala “o melhor português”. Ele explica que o falar da capital difere do falar do interior pelo fato de este ter sofrido grande influência dos escravos trazidos para o Maranhão no período escravagista. De acordo com esse informante, o português aprendido pelos escravos, de forma precária, teria influenciado o português dos sertanejos e deixado marcas que permanecem até os dias atuais, como assinala em sua fala:

(13) DOC.: *E o senhor escuta aqui em São Luís as pessoas repetindo o NÃO?*

INF.: *Olha, em São Luís se fala melhor o português, mas no interior, principalmente no sertão no Maranhão, não se fala a mesma coisa. Os termos são diferentes, porque foi se passando de pai pra filho (inint.). Principalmente, porque no sertão, no interior, é onde se localizava os escravos, aquelas pessoas que não tinham conhecimento, nada de leitura, essas coisas. E eles começaram a aprender o português, porque tiveram a necessidade de falar, mas sempre falavam mal, atravessado, essas coisas. E isso foi ficando, foi sendo adquirido pelo sertanejo que continuou vivendo assim. Isso é o que eu acho, não sei se é certo, porque é o que eu tô pensando, mas eu calculo que essa razão é justamente por falta desses conhecimentos.* (Inf. 12, São Luís, homem, Faixa II, Grau I)

Interessante observar que, mesmo sem ter conhecimento teórico a respeito da estrutura, o informante apresenta uma explicação similar a uma das correntes teóricas que busca explicar

a origem da dupla negação no PB: a hipótese crioulista. Segundo essa hipótese, a dupla negação teria se originado do contado entre a língua portuguesa com as línguas de escravos africanos. Nessa perspectiva, a convivência entre africanos e portugueses teria ocasionado uma situação de bilinguismo, uma vez que os africanos tinham sua própria língua, mas tiveram de aprender a língua portuguesa e, nesse processo, algumas características das línguas africanas teriam sido transportadas para a língua portuguesa, entre elas, a dupla negação.

Mello *et al.* (1998) afirmam que:

Estas estruturas negativas duplas e de final de predicado encontram paralelos num subgrupo de línguas crioulas, principalmente de base ibérica, por exemplo, no palenquero, no crioulo de base castelhana falado na Colômbia (Schwegler 1988, 1991d, 1993b, e no prelo *b*) e nos crioulos de base portuguesa do Golfo de Benim (Holm 1987, 1992; Mello & Lorenzino 1992; Mello 1992; Schwegler 1993b e no prelo 'b'; Günther 1973:78). Além disso, existem estruturas paralelas no português de São Tomé e Angola, e no castelhano da República Dominicana (Schwegler no prelo 'b') e das áreas de população negra na Colômbia (Schwegler 1993b e no prelo *b*). (MELLO *et al.*, 1998, p. 105).

Os estudiosos fazem referência ao trabalho de Schwegler (1991), que concluiu a priori que a origem interna de Neg.2 e Neg.3 poderia ser europeia, porém, em um estudo posterior, o pesquisador infere que essas estruturas podem ser resultado de uma possível influência de modelos afro-portugueses. A maior realização dessas estruturas foi registrada em Salvador, fato que pode estar relacionado com a grande concentração de pessoas de procedência afro-brasileira na região. Careno (1997), dentre outros autores, assume também a origem africana da dupla negação.

Verificamos, ainda, que a justificativa dada pelos informantes 12 e 13 pode estar diretamente relacionada com o antigo mito, presente não só no imaginário dos maranhenses, mas também no imaginário de brasileiros oriundos de outros estados, que se materializa na ideia de que *os maranhenses falam o melhor português do Brasil*. Esse mito é aludido por Serra (1965), Couto (1986), Travaglia (1996). O primeiro, ao comentar a forte relação entre o português padrão e o povo da capital maranhense no século XIX, afirma que esse mito, o qual deu à cidade o título de Atenas Brasileira, surge devido ao grande número de maranhenses que viajavam a Coimbra na época:

Essa 'influência' vem de longe, tem suas raízes na velha Coimbra, onde estudaram gerações e gerações de maranhenses, que foram seus filósofos, seus matemáticos, seus botânicos, seus romancistas, seus polígrafos de renome. Até hoje, o *estilo* do maranhense é oratório, é coimbrão. A velha cidade portuguesa enchia a cabeça dos jovens, que de lá voltavam com suas capas romanescas, suas cabeleiras empoadas, saturados de idéias revolucionárias. Tôda uma geração de boêmios intelectuais deu à nossa gente 'êsse' *espírito* de grande apêgo às letras e às artes. Essa tradição é o maior orgulho da terra. O maranhense sempre incha o papo quando diz: isto aqui é a 'Atenas

Brasileira'. Existe até no homem do povo, êsse orgulhozinho cabloco. (SERRA, 1965, p. 17).

Nos exemplos 14 e 15, a seguir, também constatamos esse compartilhamento da crença de que em São Luís se fala o melhor português. A informante 3, por exemplo, que relaciona o uso da dupla negação com o falar baiano, relata um acontecimento enfatizando que os ludovicenses são conhecidos por falarem “tudo certinho, sem sotaque”:

(14) INF.: Tanto que lá, quando eu cheguei lá o rapaz perguntou... eu fui no comércio, eu disse “Boa tarde”, aí ele disse “Você não é daqui, da onde você é?”, eu disse “*Eu sou do São Luís do Maranhão*”, *porque tá falando certinho*.

DOC.: Ah, é?

AUX.: E no Rio de Janeiro, pra onde a senhora viajou?

INF.: É... eu já... eles... eles sabem logo que a pessoa fala...

AUX.: Eles costumam usar “Não sei não”?

INF.: Não, porque eles chamam muito.

(...)

INF.: *Aí ele disse “Você não é daqui”, eu disse “Não, eu sou do São Luís do Maranhão”. Tendeu? Fala certinho, não fala... com sotaque.* (DOC.: Uhn...) *Assim que ele me disse, tendeu?*

DOC.: Ah, sim. Quando tu falou que era de São Luís, eles disseram que tu falava certinho?

INF.: *Foi, que falava certinho. Não tem sotaque.*

(...)

DOC.: E outras pessoas chegaram a falar isso pra ti lá em Brasília que tu falava certinho?

INF.: Já... tem... lá no mês de junho tem a festa do Nordeste (DOC.: Uhn.), e a gente... cada... cada estado tem a sua barraca (DOC.: Uhn rum), *aí tinha a nossa do Maranhão, aí ele disse “Ah, a barraca que fala certinho”.* (inint) *que a gente não tinha sotaque.* (Inf. 3, São Luís, mulher, Faixa I, Grau I)

O informante 16, que afirma ser o uso da dupla negação independente da faixa etária do falante, declarou ainda que esse uso está relacionado com o fator diatópico e que São Luís, por ser a Atenas Brasileira, teria o falar mais puro, preservado, como vemos no exemplo 15:

(15) DOC: E o senhor acha que tem diferença entre os mais velhos e os mais jovens?

INF: Não, eu acho que a linguagem, ela...é da região, do habitat da pessoa. Às vezes a gente...também é dito que a gente fala um pouco cantando, mas não excessivamente

como o baiano, como o pernambucano. Eu acho que da região Nordeste, Norte, *nós somos...por isso que somos considerados a Atenas Brasileira, porque a nossa sonoridade é melhor, e ela é correta, com os pronomes, com colocação. A gente não canta, não verbera. Eu acho isso.* (Inf. 16, São Luís, homem, Faixa II, Grau II)

O informante afirma ainda que o falar de São Luís tem “sonoridade melhor, é correto, que não canta ou reverbera”. Sabemos, contudo, que o português falado atualmente no Maranhão se distancia dessa visão; no entanto, a ideia de que no Estado se fala o melhor português parece perdurar até os dias de hoje, ainda estando enraizada no imaginário de muitos falantes, fato evidenciado pelos dados de Miranda (2014), coletados também por meio da aplicação de um teste de atitudes a falantes de duas localidades maranhenses, e pelos dados deste estudo.

Considerações Finais

Com base nos comentários analisados, percebemos que, apesar de a dupla negação ser uma estrutura recorrente no falar maranhense, os falantes selecionados para esta pesquisa apresentam, em grande parte, atitude negativa perante o uso da estrutura, atribuindo a ela crenças de teor negativo, além de, no geral, não se reconhecerem usuários da dupla negação.

Apesar de ainda ser considerada uma estrutura desprestigiada por grande parte dos falantes, sua frequência se mantém no falar de diversas comunidades, inclusive na maranhense, como mostram estudos quantitativos (SOUSA, 2016; SERRA, 2018). Isso comprova que, apesar de os falantes terem uma atitude negativa em relação à estrutura, sua frequência não indica que esta poderá cair em desuso devido ao possível rechaço da comunidade.

Ressaltamos aqui a importância dos estudos que investigam a consciência linguística dos falantes em relação a variantes linguísticas, uma vez que estes nos revelam que a análise de particularidades da língua não se resume apenas à observação de fenômenos linguísticos relacionados com características sociais e linguísticas, já que nos permitem ver por meio dos olhos do próprio falante esses fenômenos, observando ainda quais juízos formam seu imaginário acerca desses fenômenos.

Referências

ALKMIM, M. G. R. **As negativas sentenciais no dialeto mineiro**: uma abordagem variacionista. 2001. 261f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Lingüísticos, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

CALVET, L. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. São Paulo: Parábola, 2002.

CARENO, M. F. **Vale do Ribeira**: a voz e a vez das comunidades negras. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.

COUTO, H. **O que é português brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FURTADO DA CUNHA, M. A. O modelo das motivações competidoras no domínio funcional da negação. **D.E.L.T.A.**, v.17 n.1, p. 1-30, 2001.

HORA, D.; HENRIQUE, P. F. L. Como as restrições sociais e estruturais compõem a identidade do falante. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 50, p. 96-104, dez. 2015.

ILARI, R.; BASSO, R. **O português da gente**: a língua que estudamos a língua que falamos. São Paulo: Contexto, 2016.

LABOV, W. **The Social Stratification of English in New York City**. Cambridge: Cambridge University Press, [1966] 2006.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, [1972] 2008.

LAMBERT, W. W.; LAMBERT, W. E. **Psicologia Social**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

LIMA, L. S. **A negação sentencial**: uma abordagem pragmática. 2010. 36 f. Monografia (Graduação em Língua Portuguesa e Inglesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

LÓPEZ MORALES, H. **Sociolingüística**. 3. ed. Madrid: Gredos, 2004.

MELLO, H. R.; BAXTER, A. N.; HOLM, J.; MEGENNEY, W. O Português Vernáculo do Brasil. In: PERL, M.; SCHWEGLER (Orgs.). **América Negra**: panorâmica actual de los estudios lingüísticos sobre variedades hispanas, portuguesas y criollas. Frankfurt am Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 1998.

MIRANDA, A. L. **Crenças, atitudes e usos variáveis da concordância verbal com o pronome TU**. 2014. 157 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MORENO FERNÁNDEZ, F. **Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje**. Barcelona: Ariel, [1998] 2009.

NUNES, L. L. **Motivações pragmáticas para o uso de dupla negação**: um estudo do fenômeno em português europeu. 2014. 68 f. Monografia (Graduação em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

REIMANN, C. A.; YACOVENCO, L. C. A dupla negação no português falado em Vitória/ES: traço da identidade linguística capixaba?. In: **Anais do Congresso Nacional de Estudos Linguísticos**. v. 1, n. 1, Vitória: UFES, 2011.

RONCARATI, C. A negação no português falado. In: MACEDO, A. T.; RONCARATI, C.; MOLLICA, M. C. **Variação e Discurso**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 97-111.

RONCARATI, C. Ciclos aquisitivos da negação. In: RONCARATI, C.; MOLLICA, M. C. **Variação e Aquisição**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. p. 65-102.

SCHWEGLER, A. Predicate negation in contemporary Brazilian Portuguese: a change in progress. **Orbis**, Leuven, v. 34, p. 187-214, 1991.

SCHWENTER, S. A. The pragmatics of negation in Brazilian Portuguese, **Lingua**, Amsterdã, v. 115, p. 1427-56, 2005.

SCHWENTER, S. A. Fine-Tuning Jespersen Cycle. In: BIRNER, Betty J.; WARD, Gregory Ward (Orgs.). **Drawing the boundaries of meaning: Neo-Gricean studies in honour of Laurence R. Horn**. Amsterdã e Filadélfia: Benjamins, 2006. p. 327-344.

SERRA, A. **Guia Histórico e Sentimental de São Luís do Maranhão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SERRA, F. P. **Eu não falo ‘não’ duas vezes não**”: usos e percepções avaliativas sobre a dupla negação no português falado no Maranhão. 2018. 190 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

SOUSA, L. K. P. **A dupla negação no português no Maranhão**: o que mostram os dados do Projeto ALiMA. 2016. Relatório (Projeto de Iniciação Científica) – Universidade Federal do Maranhão, 2016.

SOUZA, A. S.; LUCCHESI, D. Estruturas de negação em uma comunidade afro-brasileira: Helvécia – BA. **Hyperion Letras**, Salvador, n. 7. nov. 2004.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1996.

Sobre as autoras

Flávia Pereira Serra (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-5905-4239>)

Doutoranda em Estudos da Linguagem pelo programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), mestre em Letras e graduada em Letras Português/Inglês pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Pesquisadora dos projetos Atlas Linguístico do Maranhão (ALiMA) e Atlas Linguístico do Brasil (ALiB).

Conceição de Maria de Araujo Ramos (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-4554-8179>)

Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus I, São Luís, com doutorado em Letras (UFAL, 1999). Coordenadora do Atlas Linguístico do Maranhão (ALiMA) e Diretora Científica do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB).

Recebido em junho de 2022.

Aprovado em setembro de 2022.